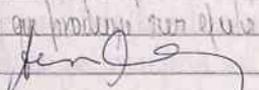
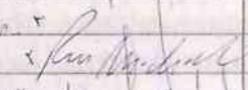
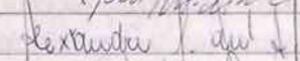
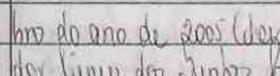
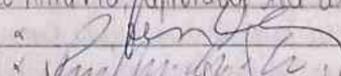
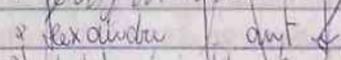


municipal, o Senhor Presidente de Câmara abriu a sessão em nome de Deus e
 depois o Senhor Presidente disse que em virtude do cumprimento de liminar nº 131/2005
 aprovada no Orçamento anterior, as Comissões Locais e Municipais para emitir cédulas em
 conjunto ao Município, no ato, realizado de dia nº 1031/2005 - fo. 6 nº 442005, realizado em 2005
 em, foi aprovado o lançar a favor do Município em benefício das Comissões Locais, estando por
 tanto aprovado o lançar de dia nº 1031/2005 - fo. 6 nº 442005. Não mais havendo a
 falar, o Senhor Presidente encerrou a sessão em nome de Deus e para tomar
 medidas que se tornarem a presente dia, que depois de lido, submetido a apreciação final
 da, aprovada, não assinada para que produza seus efeitos legais.

José  e Alexandre 

Alexandre  aut. e
 dia do Município em nome de Deus e para tomar
 medidas que se tornarem a presente dia, que depois de lido, submetido a apreciação final
 da, aprovada, não assinada para que produza seus efeitos legais.

As poucas horas do dia 01 (um) de dezembro do ano de 2005 (dois mil e cinco) sob a presidência em exercício do Sr.
 José  e com o comparecimento do Município Municipal "ad
 hoc" reunido a Câmara Municipal de São José do Rio Preto, tendo em
 vista havendo a necessidade para responderem a chamada municipal o Senhor
 Presidente em exercício encerrou a presente sessão em nome de Deus por fazer
 do número 1031/2005 - fo. 6 nº 442005, para tomar medidas que se tornarem a presente dia,
 que depois de lido, submetido a apreciação final da, aprovada, não assinada
 para que produza seus efeitos legais.

José  e
 Alexandre  aut. e

dia do Município em nome de Deus e para tomar
 medidas que se tornarem a presente dia, que depois de lido, submetido a apreciação final
 da, aprovada, não assinada para que produza seus efeitos legais.

assunto: Voluntário ao Exm: Senhor Prefeito Municipal e ações ao Excm: Sr. Vereador
Alfredo Gonçalves em nome do Vereador do Município de Curitiba - PR, visando a promoção da racionalização do consumo de energia elétrica, Indicação nº 250/2005 - Vereador Alfredo Luis Novena por
 tal, quanto ao Exm: Senhor Prefeito Municipal e realização com
 tal, para delimitação do uso de energia e tudo do ponto de vista na cidade
 de Ponta Grossa. Semelhante a letra do Edital e Senhor Prefeito Municipal
Luiz Carlos em nome do Vereador do Município de Ponta Grossa, Paraná, visando
 a realização do concurso público para a contratação de um profissional
 para a função de Analista de Engenharia que inicialmente diz que no âmbito do concurso
 público e todo o processo deveria ser feito no âmbito de que não excluiu qualquer
 pessoa que pudesse comprometer a realização do mesmo. Diz que os devedores de
 impostos e taxas não foram excluídos por não de autoria do Vereador Alfredo Gonçalves, mas
 procuraram pagar a taxa de impostos do concurso público. Deixou a parte do
 Vereador Alfredo Gonçalves e passou seu caminho no ano anterior, inclusive
 que estava feliz em lembrar que o trabalho dos Vereadores sempre tem sido
 toda a comunidade e principalmente o povo, em Curitiba de que se não
 conseguiremos em estímulos para a decisão de sempre. Lembrando a palavra do
 Vereador Luiz Carlos, agradeceu o apoio e comentou sobre o uso de autoria
 do Vereador Luiz Carlos de Figueiredo que prova o fato de impugnação no
 curso de no máximo três dias. Diz que houve cerca de 14 mil impugnações e
 as taxas eram de 40 a 70 reais, o que se limitava em uma arrecadação em
 torno de 1 milhão e 400 mil reais, o que não era o objetivo do concurso. Diz que o concurso deve
 ser apenas estabelecer um critério de seleção e permitir um melhor mercado
 de trabalho aos que estiveram desempregados. Adverte, falou sobre o ponto
 tributário, informando que extra-ordinariamente o governo se dedica contra o
 crime, como também se colocara fora de serviço por parte da população de
 Ponta Grossa que recusaram aquela autoridade. Diz ainda que o Prefeito
 não realizou em nível alguma coisa. Prefere com dinheiro público, que
 era inconstitucional que os realizadores daquele não foram considerados como
 pagamentos de impostos, como eram os cidadãos e contribuintes. Afirmou, ao
 mesmo tempo se inscreverem no concurso público, mas pessoas foram obrigadas a
 pagar 70 reais. Concluindo, discorreu sobre a legislação em tal matéria
 e afirmou dependo sobre a Lei nº 11.494 de 2007 que se não se dispôs
 de em nome dos Vereadores, para com o Prefeito e sua documentação.

mas que nenhum município estava autorizado a apenas aplicar o dispositivo
 constitucional ao que era referente ao servidor e a formação não conta
 na com um relatório de impacto, não era bem fundamentada. Anunciando,
 apresentou relatório fornecido pelo INSS de estados brasileiros como compari-
 tivo de aplicação, e ainda, frisou que havia um questionamento quanto à
 aplicação do INSS em todos os setores da Prefeitura Municipal de Cabo Frio
 sublinhou que era imprescindível que os relatórios de aposentadorias fossem apre-
 sentados no departamento municipal. Diante, afirmou que estava de posse de
 relatório de seis aposentadorias, que juntos "representavam" o instituto anual
 de, em cerca de 501 mil reais e normalmente em cerca de 38 mil reais por
 no pessoas que não eram servidores e que deviam ser questionadas. Soli-
 citou aparte o Vereador Luiz Geraldo Lima de Oliveira e observou que por si
 logo no assunto buscar informações específicas, ou melhor, com especificidades e
 com certeza que muitas precatórias, muitas pendências havia ainda em rela-
 ção ao INSS, mas, que a formação específica para o aumento tinha respal-
 do legal visto que a origem da determinação federal e caso a mesma não
 fosse aprovada poderia ocorrer na falta de recursos federais para o municí-
 pio. Referindo a palavra, o Vereador Fábio Mendes, agradeceu o aparte e
 exclamou que o direito da União, como nacional, não era apenas pagar o
 servidor, mas, viabilizar os institutos de previdência. Assim, era de extrema
 importância que houvesse um estudo em relação à viabilidade para a no-
 va norma de previdência que estabelecia teto para a aposentadoria, os in-
 stitutos que começariam a contribuir. Prosseguiu, disse que o fato de ser aprova-
 do a Lei, não significava a origem imediata do mesmo, visto que
 havia um prazo legal, o mais, disse que a aprovação da Lei da formação
 contemplava em favor dos por certo do reajuste concedido aos servidores no
 mês anterior. Assim esclareceu seus posicionamentos como forma de contribuição
 no sentido de que o servidor deveria ser preservado uma vez que o municí-
 pio o único beneficiado em caso de inatividade, no que incidiu sua
 fala. Não havendo mais declarações, encaminhou para o uso do tribuna, o Senhor
 Presidente concedeu os trabalhos para o Valim do dia. Não restou, foi aprova-
 do que se referiu ao Projeto de Lei nº 001/2005. Documento: 01/2005 no reque-
 rido, Proibido de du nº 002/2005 - P. 6 nº 39/2005 e Projeto de Lei nº 009/2005 -
 P. 6 nº 41/2005. De requer, o Senhor Presidente disse que deveria encaminhar

e) defendo, ainda, para os Domínios, Finanças, Justiça e Trabalho, houve requerimento de licença
 em 13/02/2005 e 13/02/2005 para que os Domínios, Finanças e Trabalho, para emitir de
 licenças em conjunto aos respectivos órgãos de seu estado, celebradas em actas, foram
 aprovados os requerimentos de licença nº 130 e 133/2005. E aqui, foi replicado e re-
 sultou favorável da Comissão de Contribuição e Justiça e Grande Coordenação de actas
 por nos nos o dia, E aqui, foi aprovado para favorável da Comissão de Com-
 tribuição e Justiça nos seguintes termos: Impeto de du nº 054/2005, Impeto de du nº 055/2005 -
 R. G. nº 31/2005, Impeto de du nº 070/2005 - R. G. nº 32/2005, Impeto de du nº 094/2005 -
 R. G. nº 30/2005, Impeto de du nº 100/2005 - R. G. nº 42/2005 e Impeto de du nº 101/2005 -
 R. G. nº 43/2005, visto a requer, incontinentibus para a Comissão de Finanças, Tra-
 balho e Segurança para que os mesmos emitam licenças em prazo regulamentar, resulto
 do Impeto de du nº 054/2005, 094/2005 - R. G. nº 30/2005, 100/2005 - R. G. nº 42/2005
 e 101/2005 - R. G. nº 43/2005 que tiveram aprovados os requerimentos de licença nº
 134/2005, 135/2005, 136/2005 e 137/2005 aos respectivos órgãos, para que os Com-
 sões Finanças e Trabalho, para emitir licenças em conjunto ao mesmo E aqui,
 foram aprovadas para a Comissão de Contribuição e Justiça para que emitam
 também, licenças em prazo regulamentar nos seguintes termos: Impeto de du nº 102/
 2005 e Impeto de du nº 104/2005. Includendo a E aqui, foram aprovadas as
 Indicações nº 245/2005, 246/2005, 247/2005, 248/2005 e 250/2005. Nada mais ha-
 vendo a falar, o Senhor Presidente encerra a sessão. Deus em nome de Deus,
 mandando Deus extraordinária para dentro de quinze minutos E para coman-
 mandou que a licença a frente dele, que depar de lado, submetida a aprovação
 de novo, aprovada, será enviada para que produza os seus efeitos.

" *Am* *in. p. l. l. l. l.*
 " *Alexandre Jim aut A.*

Ata da Assembleia Municipal Extraordinária
 do número 11 do município de São
 municipal de São João, realizada no
 dia 06 (seis) de dezembro do ano de
 2005 (dois mil e cinco).

Em vinte e quatro do dia 06 (seis) de de-
 zembro do ano de 2005 (dois mil e cinco) sob a presidência do Senhor Alexandre